

DEMOGRAFIA

HISTÓRIA E DEMOGRAFIA (*).

IRACI DEL NERO DA COSTA
da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

A análise demográfica e os estudos populacionais foram amplamente impulsionados depois da segunda grande guerra mundial; este desenvolvimento recente deve-se a vários fatores.

Em primeiro lugar o avanço e universalização das técnicas e métodos de medida; primeiro no que diz respeito ao instrumental teórico — desenvolvimento da demografia pura ou formal — também com o aperfeiçoamento tecnológico ligado à computação.

A tais elementos devemos somar o crescente interesse dos cientistas sociais pela construção de modelos explicativos matemáticos inspirados nos das ciências físicas.

Há ainda a considerar os problemas advindos da emergência do terceiro mundo; característica dos países subdesenvolvidos, a explosão demográfica, levou os estudos populacionais para o centro das preocupações dos estudiosos do crescimento econômico. Igual relevância foi dada ao processo de “envelhecimento” das populações dos países mais desenvolvidos. Paradoxalmente defrontam-se estes últimos com situação oposta àquela dos países subdesenvolvidos. Em artigo recente, publicado na revista francesa *Le Point*, podemos ler:

“... a realidade é que estão nascendo cada vez menos crianças... e não se trata de uma atitude isolada, mas de um comportamento global que se verifica tanto em Los Angeles quanto em Vladivostok; de um lado, a população mundial cresce sem parar. Mas, ao mesmo tempo, a participação dos países desenvolvidos decresce gradualmente: 28,6% em 1912, 23% em 1940,

(*) — Comunicação apresentada na 27ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Belo Horizonte (1975).

19,4% em 1950, 15,7% em 1960 e apenas 12% em 1973. A França tem hoje mais de 52 milhões de habitantes mas se nada puder ser mudado, os especialistas calculam que não totalizará mais de 45 milhões daqui a 50 anos e cerca de 17 milhões dentro de 125 anos. E o mesmo vai acontecer em outros países europeus, na Austrália, nos EUA e no Canadá” (1).

Por fim, não se pode esquecer a ação governamental, cada vez mais ampla, no sentido de planejar o crescimento econômico e orientar a atividade produtiva de forma a evitar as tensões sociais decorrentes do desemprego e das crises de super-produção. A política econômica supõe prévia avaliação do material humano destinado a implementá-la; política de investimento supõe política de mão-de-obra e, esta última, conhecimento da população e política populacional. A política social deve necessariamente adaptar-se à estrutura populacional e à evolução prevista desta estrutura.

Destarte, o desenvolvimento de novas técnicas e métodos de análise para o tratamento dos dados e resultados aparece como resposta aos problemas cruciais colocados pela história recente da humanidade. Neste quadro cabe à demografia novo papel; aparece como entroncamento de várias ciências e não como ramo especial, como preocupação constante e não como anexo secundário e distinto do conjunto das ciências humanas.

* * *

O desenvolvimento da demografia histórica ocorre dentro deste quadro geral. Na década dos 40 surge ainda como ramo da história; em 1945 Adolphe Landry dizia existir uma demografia histórica que fazia parte da história geral como a história política, a história militar etc. Em 1950 Marcel Reinhard verificava o hiato existente entre História e Demografia ao afirmar que as obras clássicas de História e Demografia apresentavam a curiosa particularidade de se ignorarem mutuamente. No entanto, graças aos esforços de historiadores e demógrafos históricos franceses, seguidos por outros estudiosos europeus, estreitaram-se os laços entre história e demografia, ao ponto de podermos hoje repetir com M. Reinhard:

“a demografia é mais que informação complementar ... ela é uma dimensão da história” (2).

(1). — *O Estado de São Paulo*, 15 de Julho de 1975.

(2). — Reinhard (M.), *Histoire et Démographie*, Paris, 1950.

Um grande esforço de elaboração teórica e de pesquisa sobre fontes de dados e métodos de trabalho foi exigido para que a demografia histórica pudesse aparecer como disciplina madura. Foi preciso romper, antes de mais nada, com o que Fernand Braudel chamou de “explicação imperialista, unilateral, da realidade social”. Exemplo da atitude exclusivista — típica das “ciências jovens” — pode ser colhido na obra de Ernest Wagemann, economista e demógrafo. Para este autor a população comanda a economia e, por decorrência, a demografia comanda a história econômica. Afirma E. Wagemann:

“Uma das teses preferidas da economia política de vulgarização, é que o crescimento populacional moderno deve ser atribuído ao sucesso do capitalismo em rápida expansão. Sem dúvida, aqueles que sustentam o contrário — diz o autor — têm mais razão ainda, ou seja, que os progressos técnicos e econômicos dos séculos XIX e XX devem ser atribuídos ao rápido aumento populacional” (3).

Tal concepção, como bem lembra F. Braudel, não é peculiar aos demógrafos:

“O economista — afirma este autor — distingue as estruturas econômicas e toma como dadas as estruturas não econômicas que as rodeiam, suportam e compelem... ao fazê-lo o economista reconstruiu o quebra-cabeças à sua maneira. O demógrafo opera da mesma forma, pretendendo tudo controlar e até alcançar explicações graças unicamente a seus critérios. Possui seus próprios testes operacionais, habituais, e eles não de bastar para captar ao homem em sua totalidade”, e, concluindo, afirma: “toda ciência social é imperialista até mesmo quando nega sê-lo; tende a apresentar suas conclusões particulares como se fora uma visão global do homem” (4).

Como fica evidenciado, o exclusivismo de cada ciência social não está no simples fato de pretender cada uma delas, como central, ser englobadora das demais; revela-se quando, mesmo reconhecendo-se como parte do todo que lhe supera, uma específica ciência social, dentro dos seus quadros conceituais e tão somente em seus limites, pretende nos oferecer uma visão global do homem, ou, o que é pior, pretende que o particular objeto de seu estudo possa explicar-se inteiramente nos estreitos limites de seu quadro conceitual próprio.

(3). — Wagemann (E.), *La Población en el Destino de los Pueblos*, Santiago, 1949.

(4). — Braudel (F.), *La História y las Ciencias Sociales*, Madrid, 1970.

A nosso ver, romper com o “imperialismo” é reconhecer que o homem se nos apresenta como um ente polifacético; que os seus móveis têm raízes distintas, por vezes conflitantes; abarcá-lo, significa aceitar suas mil formas, a maioria das quais foge ao singular quadro conceitual de nossas particulares ciências. Romper com a visão estreita que denunciámos, significa aceitar as explicações oferecidas pelas várias ciências para o mesmo objeto, como elementos complementares e não mutuamente exclusivos.

Pode-se afirmar que a própria existência da demografia histórica, enquanto disciplina, é prova da possibilidade de superação de visões restritivas. Como os demais estudiosos da sociedade, reconhecem os demógrafos históricos, a verdade das palavras de Kingsley Davis:

“A fertilidade, a mortalidade e as migrações são em grande parte determinadas socialmente e são, por sua vez, determinantes sociais. Elas são as variáveis internas ou formais do sistema demográfico enquanto que, as variáveis externas ou últimas são sociológicas e biológicas. Sempre que o demógrafo aprofunda suas investigações até o ponto de perguntar-se por que os processos demográficos se desenvolvem da forma como o fazem, penetra no campo do social” (5).

* * *

Tomemos dois exemplos do que acabamos de afirmar. O primeiro trata de interdependência entre os fenômenos econômicos e demográficos em suas linhas mais gerais; no segundo pretendemos ilustrar a complexidade das relações entre os fatos econômicos, biológicos e institucionais, tomando um problema específico, qual seja, o tempo de atividade produtiva do homem.

Tem-se repetido várias vezes que os três tipos básicos de organização econômica — caça, agricultura e indústria — são acompanhados por três correspondentes variações dos níveis econômicos e demográficos em que as sociedades humanas se movem. Sem privilegiar qualquer dos dois elementos pode-se mostrar, dentro de limites amplos e destituídos de determinismo fatalista, como o econômico e o demográfico apresentam-se solidários em cada uma das grandes “etapas” em que se pode dividir a história humana.

(5). — Davis (K.), *Human Society*, New York, 1949.

A separar cada fase aparece profunda ruptura da história da humanidade: a revolução agrícola do oitavo milênio a. C. e a Revolução Industrial do século XVIII. Segundo Carlo Cipolla tais eventos criaram profundas quebras na continuidade do processo histórico. Em cada uma destas Revoluções começa nova história; dramática e completamente alheia à que a precedeu. Quebrou-se a continuidade entre o homem das cavernas e os construtores das pirâmides, tal como se quebrou entre o antigo lavrador e o moderno operador de uma central elétrica (6).

* * *

Ao período da caça e coleta, de extrema dependência das condições ecológicas (clima, abundância ou escassez de caça e/ou frutos silvestres etc.), correspondia uma densidade demográfica baixa com amplas variações no espaço e no tempo. Os elevados índices de natalidade e de mortalidade foram acompanhados por curta duração da vida média.

Seria interessante e elucidativo tomarmos exemplos numéricos referentes à evolução populacional do Brasil; o que infelizmente não nos é possível fazer dado o fato de estar a demografia histórica, no Brasil, ainda em seu nascedouro.

Pela análise de 187 europeus do grupo Neanderthal verificou-se: mais de um terço morreu antes de atingir a idade de vinte anos e a maior parte dos outros morreu entre a idade dos vinte e quarenta anos. Para além deste limite só se encontraram 16 indivíduos, a maior parte dos quais morreu entre os quarenta e os cinquenta anos. O estudo de 38 indivíduos pertencentes ao grupo *Sinanthropus* asiático (muito anteriores ao do Neanderthal) confirmou substancialmente os resultados acima apontados. Dos 38 foi possível calcular, para 22, a idade provável ao morrerem; destes, 15 morreram com menos de catorze anos, 3 morreram entre os quinze e os vinte e nove, 3 entre os quarenta e cinquenta e somente 1 parece ter sobrevivido para além dos cinquenta. Observe-se, trata-se tão somente de restos de adultos que chegaram até nós dos tempos paleolíticos.

* * *

Nas sociedades agrícolas predominaram altos índices de natalidade e mortalidade — 35 a 50 por mil para nascimentos, 30 a 40 por

(6). — Cipolla (Carlo M.), *The Economic History of World Population*, Penguin Books, 1972.

mil para óbitos. A prevalecer estes índices teríamos um crescimento anual de 0,5 a 1,0%, bastante significativo e que nos legaria um “estoque” populacional enorme; tal não aconteceu porque, no decorrer da história demográfica das sociedades agrícolas, os índices de mortalidade revelaram notável tendência para atingir freqüentemente níveis dramáticos de 150, 300 e até 500 por mil. Em certas ocasiões estes níveis coincidiram com guerras, mas, com muito mais freqüência, resultaram de epidemias e de fomes que aniquilaram grande parte da população existente. De mil recém-nascidos, 200 a 500 morriam, como norma, ao primeiro ano de vida. Muitos dos que sobreviviam não lograram transpor os sete anos. A esperança de vida, ao nascer, collocava-se entre os vinte e vinte e cinco anos. Os que conseguiam alcançar a idade dos cinco anos tinham baixa probabilidade de sobreviver para além dos cinqüenta.

* * *

A Revolução Industrial — acompanhada pela segunda revolução demográfica — vai provocar nova mudança drástica no quadro geral. Desaparecem as explosões recorrentes do índice de mortalidade. Novos conhecimentos das plantas e do gado — acompanhados de novas técnicas de plantio e pastoreio — melhoria nos transportes, progressos na medicina e na profilaxia sanitária, tudo isto contribuiu para permitir ao homem debelar as fomes e as doenças epidêmicas.

A revolução industrial, causa e conseqüência das revoluções agrícola e demográfica, obteve também certos ganhos no que Alfred Sauvy chama de “morte natural”, isto é, no índice de mortalidade em tempos normais. Os progressos da medicina, a melhor nutrição, os mais altos níveis de renda eliminaram praticamente muitas doenças e reduziram a incidência de outras. O índice de mortalidade “normal” foi reduzido e nas sociedades industriais tende a ser inferior a 15 por mil.

O mais importante componente na queda do índice de mortalidade tem sido, geralmente, a drástica redução da mortalidade infantil. Hoje, nas sociedades industriais, a mortalidade infantil tende a ser inferior a 50 óbitos por mil nascimentos. Nestas sociedades a expectativa de vida ao nascer tende para mais de sessenta anos. Por outro lado há a tendência generalizada de cair a taxa de natalidade — em qualquer sociedade industrial essa taxa tende a ser inferior a 25 por mil habitantes.

* * *

Nos países subdesenvolvidos ocorre fenômeno *sui generis*. Na Europa a medicina evoluiu lentamente e o crescimento da população manteve-se, por consequência, gradual. Nos países não desenvolvidos o saber acumulado de dois séculos pôde imediatamente entrar em ação e, por conseguinte, as taxas de mortalidade caíram muito mais depressa do que jamais sucedera na Europa Ocidental. No Ceilão, para citar um caso extremo mas elucidativo, a malária foi eliminada pelo DDT e a taxa de mortalidade decresceu de 22 para 12 por mil em sete anos — entre 1945 e 1952 (depois das primeiras nebulizações de DDT a taxa de mortalidade desceu de 20 para 14 por mil num único ano, 1946-47) — quebra na taxa de mortalidade que levou setenta anos para se consumir na Inglaterra. Nas Maurícias a queda de 27 para 15 mortes por mil, efetuada em cem anos na Inglaterra, realizou-se também em apenas sete anos. Esta súbita baixa na taxa de mortalidade, combinada com o fato de que alguns países subdesenvolvidos não se encontravam preparados para as mudanças culturais postuladas pela Revolução Industrial — em especial no referente ao controle dos nascimentos — causou aumento dramático do “fosso demográfico”. Tomando de novo o Ceilão como exemplo, o brusco declínio da mortalidade não foi acompanhado por quedas dignas de apreço na natalidade que se manteve acima dos 40 por mil. Com uma taxa de natalidade “agrícola” e uma taxa de mortalidade “industrial”, a explosão demográfica tende a assumir níveis alarmantes.

* * *

Voltemo-nos para o segundo exemplo. Ao colocar o homem como um dos elementos fundamentais do processo produtivo, a história econômica está interessada não só no número total de indivíduos mas, sobretudo, no conhecimento da estrutura demográfica populacional. De grande interesse, entre outros, estão os dados referentes à partição segundo os sexos e faixas etárias; esperança de vida e período médio da atividade produtiva; tamanho das famílias e causa das mortes.

Tais fenômenos demográficos são condicionados por fatores biológicos e sociais. Tomemos como ilustração a atividade produtiva dos indivíduos.

O homem deixa a atividade produtiva quando o debilitamento de suas capacidades físicas já não lhe permite exercer sua profissão. Mas este abandono pode ser parcial através da passagem a misteres que requeiram menor esforço físico. Nas sociedades primitivas uma

série de trabalhos indispensáveis e de fácil consecução eram realizados pelos mais idosos, o mesmo sucedendo em sociedades agrárias tradicionais.

O limite no qual a capacidade física humana começa a revelar-se insuficiente para a execução de atividade produtiva fundamental depende, de um lado do estado biológico da sociedade e do indivíduo, e, por outro, do caráter do trabalho executado. Em consequência, este limite tendia a ser mais baixo nas sociedades de caçadores que nas agrárias e mais baixo na agricultura, comparada com alguns ofícios artesanais.

Tenhamos presente a existência de instituições econômicas, jurídicas, religiosas etc., operando no sentido de limitar o número de dias trabalhados por ano e as horas trabalhadas por dia. Como se vê, a atividade produtiva dos homens resulta da interação entre fatores sócio-biológicos e sócio-institucionais. Os fatores sócio-biológicos são antes de tudo a resistência do organismo humano às enfermidades e as possibilidades sociais de luta contra as doenças. Os fatores sócio-institucionais são bastante mais complexos. Tomemos como ilustração os feriados religiosos.

Como é sabido, na Idade Média os dias considerados festivos contavam-se em grande número e sua observância apresentava-se rigorosa. Os feriados assumiam caráter religioso e econômico. Nas condições do monopólio corporativo, entre os meios de evitar a concorrência no âmbito de diferentes mestres do mesmo grêmio estava a estrita regulamentação do tempo de trabalho; assim o monopólio corporativo, interessado no controle do volume da produção, apresentava interesse concorde com o das instituições religiosas no que respeitava à observância das festas religiosas. Já no Renascimento vemos a Reforma a lutar contra o culto dos santos; período no qual as empresas, fora do âmbito dos grêmios, necessitavam força de trabalho abundante para intensificar a produção.

* * *

Conclui-se do acima posto que a compreensão dos fatos demográficos ganha clareza apenas quando os integramos no quadro global das sociedades estudadas. Por outro lado, parece evidente a importância do estudo demográfico para o melhor entendimento da história da humanidade. Neste contexto entendemos as palavras de M. Reinhard:

“a demografia é mais que informação complementar... ela é uma dimensão da história”.



Quando nos debruçamos sobre o evoluer populacional do Brasil é forçoso ter presente não tratarmos de simples repetição dos processos verificados na Europa ou nos países mais desenvolvidos.

A expansão colonialista, o relacionamento colônia-metrópole e a dependência aos centros hegemônicos internacionais são fatores que tiveram e ainda apresentam conseqüências demográficas variadas e profundas.

Para noso período colonial é da maior relevância a existência da economia de exportação — cuja rentabilidade se condicionava pelos preços internacionais — ao lado da de subsistência. Considerada a oferta elástica de terra e a relativa facilidade com que se podia realocar a mão-de-obra escrava da atividade exportadora para a de subsistência, vê-se como os freios malthusianos ao crescimento vegetativo da população jamais assumiram papel altamente significativo no Brasil.

Por outro lado, as respostas da oferta de gêneros de primeira necessidade podiam ser afetadas pelas condições do mercado e dos preços internacionais para os produtos exportados. Fato a exercer papel fundamental na alocação da força de trabalho, dos recursos produtivos e, sobretudo, nos processos de dispersão e convergência populacionais, influiu decisivamente nos movimentos migratórios internos.

A articulação da economia colonial na economia européia vai, igualmente, condicionar os fluxos imigratórios; tanto de reinóis quanto da escravaria negra trazida da África.

Outro problema relevante é a existência, para o período colonial, de segmentos populacionais — homens livres, forros e escravos — que apresentaram dinâmica específica. Tais corpos populacionais, distintos dos prevaescentes na Europa, comportaram-se relativamente aos parâmetros demográficos, como grupos distintos.

A compreensão dos processos demográficos brasileiros está a exigir dos estudiosos, não só esforço dirigido no sentido de coleta de dados, mas, igualmente, no de elaboração teórica capaz de integrar tais movimentos em quadro sociológico, histórico, econômico e demográfico original.

Esta é a grande tarefa da demografia histórica brasileira.